

do Instituto de Moraes. Geographico
Cote

Radical Paulistano

CAPITAL

Trimestre. 34000
Semestre. 68000
Anno. 124000

ORGAN DO CLUB RADICAL PAULISTANO

S. Paulo, Segunda-feira 17 de Maio de 1869.

PROVINCIAS

Trimestre. 48000
Semestre. 78000
Anno. 134000

Publica-se, por ora, uma vez por semana e professa a doutrina liberal em toda a sua plenitude, propugnando principalmente pelas seguintes reformas:

Descentralização;
Ensino livre;
Polícia electiva;
Abolição da guarda nacional;
Senado temporario e electivo;

Extinção do poder moderador;
Separação da judicatura da policia;
Sufrágio directo e generalizado;
Substituição do trabalho servil pelo trabalho livre;
Presidentes de provincia eleitos pela mesma;

Suspensão e responsabilidade dos magistrados
pelos tribunales superiores e poder legislativo;
Magistratura independente, incompativel, e a es-
colha dos seus membros fôr da acção do governo;
Proibição aos representantes da nação de acce-
larem nomeação para empregos publicos e egual-
mente titulos e condecorações;
Os funcionarios publicos, uma vez eleitos, deve-
rão optar pelo emprego ou cargo de representação
nacional.

ASSIGNA-SE NA TYPOGRAPHIA DO « YPIRANGA » E NA RUA DA BOA VISTA, N. 29. AVULSO 300 RS.

RADICAL PAULISTANO

As reformas do centro liberal

O radicalismo caminha, conquistando cada dia na opi-
nião do paiz um triumpho para sua bandeira. O Ypi-
ranga de 14 do corrente transcreveu em suas columnas
o seguinte

PROGRAMMA

- 1.º Reforma eleitoral conforme as bases constantes do anexo n. 1.
 - 2.º Reforma policial e judiciaria conforme as bases do anexo n. 2.
 - 3.º Abolição do recrutamento.
 - 4.º Abolição da guarda nacional.
 - 5.º Emancipação dos escravos.
- Consistindo na liberdade de todos os filhos de es-
cravos, que nascerem desde a data da lei

na alforria gradual dos escravos existentes pelo modo
que opportunamente será deslaidado.

Sem duvida a reforma eleitoral seria completamente
inutil e ludibria não sendo acompanhada da reforma
das outras instituições, que coincidem mais proxima-
mente para o fôrçamento da eleição a annulção do
systema representativo.

E' impossivel, diz um escriptor moderno, destruir
um abuso sem destruir os outros abusos que lhe dão
apoio.

A emancipação dos escravos não tem intima relação
com o objecto principal do programma, limitado a uma
certa ordem de abusos, e porém uma grande questão
da actualidade, uma exigencia imperiosa e urgente da
civilização desde que todos os Estados aboliram a es-
cravidão, e o Brazil é o unico paiz christão que a man-
tem, sendo que na Hespanha esta questão é uma ques-
tão de dias.

Certo, é um dever inherente á missão do Partido Li-
beral, e uma grande gloria para elle a reivindicação da
liberdade de tantos milhares de homens, que vivem na
opressão e na humilhação.

O Centro Liberal offerecendo ao Partido Liberal este
programma pede para elle a adhesão e o concurso dos
liberaes de todos os matizes.

Sentimos que os liberaes do centro não incluissem
no seu programma a *temporiedade do senado*, aliás
consagrada em um prefacio.

Porque não foi collocada no corpo do programma
essa reforma urgentemente reclamada?

Como o collega do Ypiranga prestamos adhesão ás
ideias do centro, que são nossas. Acreditamos que a
maioria dos signatarios aceita todo o nosso program-
ma, e que, só para não *excluir o concurso de alguns*,
assignou este tão deficiente.

Um dos elementos do nosso credo mais difficil de re-
solver-se praticamente é a *abolição do elemento servil*.

Os liberaes do centro aceitam este elemento como
exigencia imperiosa e urgente da civilização.

Lamentamos porém que não acceptassem como neces-
sidade ainda mais imperiosa a *abolição do poder mo-
derador*.

Os utilitarios podem, com argumentos realmente for-
tes, sustentar a necessidade do elemento servil e os pe-
rigos de sua abolição. Nós não somos utilitarios; ap-
laudimos a coragem com que o centro tomou sobre
seus hombros um fardo tão pesado.

Fiat justitia, pereat, ne pereat, mundus!

Mas porque não hão de abolir o poder moderador? é
tambem um elemento servil.

O poder moderador, absorvendo todos os outros, es-
cravava todos os brasileiros, em proleto de um só ho-
mem.

A escravatura affecta sómente uma parte da popula-
ção, cujos braços prestão incontestavel serviço á nossa
lavoura. Sua abolição, embora necessaria, vae causar
prejuizos á todo o Brazil.

Não era mais natural que nos emancipássemos pri-
meiro, para depois nos tornarmos emancipadores?

Entre o elemento servil e o poder moderador, a es-
colha não é difficil.

O primeiro existiu quasi um seculo na mais livre de
todas as nações, os Estados-Unidos.

O segundo é incompativel com toda a liberdade.

Adherimos ao programma porque é parte do nosso;
mas não podemos acceptá-lo por deficiente, apesar do
grande respeito, estima e confiança que nos merecem
alguns dos signatarios.

Os transfugas politicos

O unico serviço, que deve
prestar á seu paiz o homem
que perdeu suas illusões poli-
ticas, é retirar-se á vida pri-
vada, dando assim uma pro-
va de lealdade e desinteresse.

JULES SIMON.

E' realmente contristador o quadro que se apresenta
á nossos olhos, quando observamos os homens politi-
cos do Brazil.

Acrobatas inexperientes, na constante oscillação de
sua *maromba* todo, o progresso é impossivel; apenas
podem manter um equilibrio instavel.

A falta de coherencia nos principios começa nos ban-
cos das academias, e vae subindo, como a onda, até fazer
boiar o throno imperial.

E' a corrupção que nos vem de cima e volta á sua
fonte.

E' um affecto que se tornou causa.

E' um circulo vicioso.

O estudante que chega ao quinto anno, precisa na-
turealmente pensar no seu futuro; e, ou se dedique á
magistratura, ou á politica, ou á diplomacia, só o go-
verno pôde dar-lhe a que deseja.

A arma terrivel das remoções, suspensa, como espada
de Damocles, sobre os juizes em todos os elos de sua
hierarquia, desde o juiz municipal até o desembagador,
recorda-lhes constantemente que um governo pôde tomar
o que outro lhe deu.

O empregado publico, que sustenta numerosa familia
com seu mesquinho ordenado, não pôde deixar de ser-
vir-se da *maromba*, sempre que uma mudança politica
ameace o equilibrio de suas finanças.

O presidente de provincia não pôde administra-la com
zelo, desde que representa os interesses de um partido,
que não admite imparcialidade. Ou ha de ser a sombra
do ministerio, evaaceendo-se com elle. Ou ha de servir á
dous senhores.

Os deputados? não fallemos nelles, para não inve-
jarmos o congresso do cacique paraguayano, onde ao menos
veríamos uma assembléa de escravos obedecendo á um
senhor. Aqui mudam de cara quando muda-se o minis-
terio, porque *pensam na reeleição*.

O proprio imperador, para exercer o governo pessoal
sem peias, abraça hoje os conservadores, amanhã os
liberaes. E' o que tem sido mais vezes transfuga.

Não precisamos citar nomes. Quem não conhece a
nuvem de andorinhas politicas que mudam de rumo con-
forme a estação?

Os homens politicos podem modificar suas idéas com
o tempo e as circunstancias; mas não nos esqueçamos de
que é por essas modificações que começam as apostazias.

Salvem-se em todo o caso os principios.

A apostazia é um crime, porque a coherencia politica
é um dever.

A apostazia é uma deshonra, porque della tira pro-
veito o convertido.

A apostazia é immoral, porque origina-se quasi sem-
pre da dependencia servil em que nos colloca o governo.

O funcionalismo immenso, que se estende por todo
o paiz, é um viveiro de transfugas. Como pôde haver
coherencia politica nos brasileiros, se, em sua maior
parte, são funcionarios que *recebem do governo o pão
quotidiano*?

O partido radical, querendo affrouxar os laços com
que o imperador nos prende ao governo, affasta o prin-
cipal motivo das apostazias, e moralisa o paiz.

Com as nossas reformas, o povo, sempre justo em suas
deliberações, quando é livre, vae distribuir os empregos
por seus leaes servidores.

Excellentes reformas, que vão collocar ao serviço do
povo não só os verdadeiros patriotas, como aquelles que
escutam unicamente a voz do interesse pessoal!

Para darmos um penhor de nossa sinceridade, faça-
mos do alto desta tribuna as seguintes declarações:

Os radicaes não aceitam transação politica com o
sr. d. Pedro II.

Os radicaes, quando mesmo sejam chamados ao poder
com bellas promessas, responderão assim:

« Não podemos acreditar na palavra de v. m. Vossos
« jornalistas disseram que só nos paizes absolutos pa-
« lava de rei não volta a traz; que este axioma não é
« applicavel ao imperador Pedro II; que v. m. não
« tem palavra!

Os radicaes só aceitam o poder, como revolucionarios,
para convocar uma consituinte que realice todas as re-
formas que constituem o seu programma.

Seremos firmes em nossas crenças, considerando a
coherencia como dever.

Uma conversão pôde tornar-se suspeita quando nos
leva ás doçuras do poder, associando-nos á adversarios
que combatemos em opposição.

Se tivéssemos a desgraça de descobrir a verdade na
bandeira dos nossos adversarios, confessariamos bem
alto nosso erro, retirando-nos da politica para não levar
ás fileiras, outr'ora inimigas, um nome desconrado, e
sem a força moral que só dá a pureza e coherencia nos
principios.

Terminando, não podemos deixar de transcrever o se-
guinte periodo da carta de um brasileiro distinto, que
se refere á organização do nosso club:

« O principio monarchico, em todo o mundo, e espe-
« cialmente no Brazil, cahé em tal descredito, que a
« crise parece inevitavel, mais anno, menos anno. Se
« os radicaes forem leaes ao seu programma, se olharem
« somente para o futuro, Deus os ajude! Será fortuna
« que um partido forte e moralizado possa dirigir a re-
« volução. »

O processo de Lorena

A obra do chefe de policia, o sr. Ignacio Guimarães,
desmoronou sob o proprio peso.

As victimas de sua sanha inquisitorial, os cidadãos
liberaes de Lorena que o magistrado-manivela enredara
acintosamente em uma sentença de pronuncia como in-
cursos na pena de forca, encontraram, felizmente, prom-
pta e unanime absolvição perante a relação do districto.

Ainda bem!

Ainda em nossa terra ha juizes, que não trocaram a
toga de magistrado pela farda de lacaio do cynico e mon-
struoso governo do sr. d. Pedro II!

Se ha casos em que é a cadêa um Pantheon, tal é o
caso em que estão os proeminentes cidadãos de Lorena.
Qualificando-os de assassinos, por simples chicana po-
litica, o sr. Ignacio Guimarães glorificou-os perante o
paiz.

E' uma lei social que realiza-se.

O arbitrio sanctifica!

A mão do carrasco, em vez de avillar, sagra perante o
mundo os martyres innocentes que toca!

Trocaram-se os papeis no processo de Lorena.

Pagina caracteristica do governo de *vandalos* de que
acereou-se o sr. d. Pedro II, na lucta aberta que travou
com o espirito democratico do Brazil, os que eram réus
naquelle processo são hoje accusadores, e o juiz foi con-
demnado por sua vez á ser réu.

E' o paiz o tribunal.

Deante d'elle está o magistrado que vendeu a toga, por
que era aquelle manto sagrado a unica coisa que lhe
restava para sacrificar aos favores politicos, de que vive.

Não ha duvida de qual seja a sentença...

E' a justiça da historia que começa para o juiz infamado.

As conferencias publicas

Quando uma ideia grande encarna-se n'um facto ou
n'uma instituição, aos evangelistas da imprensa incum-
be saudá-la e apresentá-la ao paiz. Quando, na su-
perficie de uma nação esterilizada pelos influxos do ab-
solutismo, surge um acontecimento benefico, uma em-
preza humanitaria, uma conquista popular, é ainda da
imprensa que deve partir, com o brado animador de es-
perança, a confissão leal, severa e inflexivel das mis-
erias sociaes.

A fé na liberdade que não é sinão a fé na Providen-
cia, o desprezo pelas ostentações do poder que não é

mais do que a crença na eternidade do direito, o animo
de dizer a verdade contra todas as considerações mun-
danas, a força de stigmatizar todos os crimes, ainda
quando um tyranho os proteja, taes são as virtudes
cardenas do cidadão honesto, taes os predicados charac-
teristicos da imprensa.

Ora o que ha no governo desta paiz que não seja
mentira, usurpação e iniquidade?

O que nos resta para consolo aos homens de bem,
para alento ás almas patrioticas, para incentivo aos ope-
rarios do futuro?

Temos uma constituição adulterada, sophismada, mu-
tilada, pelos seus pretensos defensores, um complexo de
leis organicas absurdas, contradictorias, oppressivas,
um aggregado de instituições incompletas e inefficazes,
uma jurisprudencia politica immoral, obscura e incon-
gruente, que concilia a soberania nacional com a irres-
ponsabilidade do poder moderador, o governo parlamen-
tar com a centralização administrativa, a liberdade civil
com a lei de 3 de Dezembro.

Temos uma politica insidiosa e depravada, como o
interesse com todas as suas torperas, violenta, inconse-
quente e feroz, como a ambição com toda a sua auda-
cia; uma politica que se resume no dominio das camar-
ilhas e dos validos imperiaes, que se traduz pelo esque-
cimento absoluto das leis, que debilita, corrumpo e des-
conhecem a nação.

Temos estadistas que vendem a consciencia e a atal-
pomo paiz, que se acham ao sceptro e a desonra o
povo, que, na opposição trevojam contra o poder e no
governo espesinham a liberdade.

Temos um rei peor do que os Stuarts, porque practi-
ca o absolutismo sem crer na sua legitimidade; peio
do que Napoleão III, porque Napoleão III governa com
instituições oppressivas, ao passo que este opprime vi-
ciando as leis estabelecidas.

Tudo conspira para o opprobrio deste paiz: a imper-
feição das leis, a degeneração das instituições, e a ver-
satilidade dos homens publicos.

O Imperador prevarica.

O ministerio usurpa.

O parlamento suicida-se, abdicando.

A policia prende, recruta e processa.

A magistratura hesita.

O escrutinio mente.

E, como consequencia de tudo isto, a nação descre,
descre profundamente, com a pertinacia do desespero e
a frieza do scepticismo.

Ora, contra a improbidade dos homens ha nm reme-
dio seguro: é a vigilancia implacavel do paiz, a effecti-
vidade do systema representativo.

Mas, quando um povo perde a confiança nas suas leis,
e a estima ás suas instituições, não ha mais leis nem
instituições, e sim o arbitrio legalizado com as insignias
officiaes.

Logo, não ha outro meio de salvamento para nds que
não seja a revolução pacifica, isto é a reforma.

Reforma, porém, sem a consciencia do povo, sem a
vontade do povo, sem a cooperação intelligente do povo
é um passo inutil e funesto; inutil, porque a liberdade
imposta não é mais que um simulacro de liberdade; fu-
nesta, porque cada tentativa liberal que se mallogra é
uma arma perigosa que se forja contra a democracia.

As reformas plantadas pela influencia individual são,
como ella, acanhadas e ephemeras.

As reformas creadas sobre o papel desaparecem de
um dia para outro, sem deixar vestigios, nem convic-
ções, nem saudades no seio do paiz.

As reformas que se organizam nas alturas regiões do es-
tado são mentiras, incompletas e traiçoeiras.

Para allui-las basta a acção corrosiva dos maus cha-
racteres, a inepcia do governo, e os recursos da admi-
nistração.

A alma das instituições é o espirito publico.

Ha alguém que aproveita com a cegueira do paiz;
são esses estadistas desleaes que especulam com a igno-
rancia, armando-se com o prestigio de uma idéa, para
sacrificá-la com a força de que ella os reveste; que fas-
cinam a multidão com a belleza de um principio, para
abjurá-lo nessas conspirações mesquinhas do poder com
o interesse; que proclamam em theoria a necessidade de

uma instituição popular, e a eliminam ao mesmo tempo dos seus planos legislativos.

Esses são os Judeus da nossa patria, nós os detestamos.

Nossa norma é a sinceridade.

Nós não podemos transigir nem com os respeitos palacianos, nem com a eventualidade de uma ascensão proxima.

O que queremos é a honestidade na politica, é a franqueza nos programmas, é a verdade nas instituições.

Ora nada disto é possível sem o governo do povo pelo povo.

Mas para este fim são necessários dois requisitos: a realisação do credo que sustentamos, e a adhesão universal, esclarecida e absoluta do povo ás instituições democraticas.

Esta ultima condição é a pedra angular de toda a reforma sincera e fecunda.

Nenhum systema politico tem em si a virtude intrinseca do bem.

Nenhuma forma de governo só por si tem o cendão de fazer a felicidade da nação que a adopta.

Quando um povo comprehende, porém, uma instituição liberal, e assimilando-a a seus habitos, chega a identifica-la com os seus interesses quotidianos, não há cataclisma que a possa derrocar.

Tal é o pensamento que nos guia continuamente, que induziu nossos correligionarios da Córte a estabelecer as conferencias publicas, e que nos aconselhou imitar o seu exemplo, inaugurando-as tambem nesta cidade.

Até hoje ninguém tem olhado para as necessidades moraes do povo.

Corrompem-n'o com as vilezas da cabala para preparar umas falsificações que, por anthithese, appellidam-se—mandato nacional.

Insultam-n'o, invocando o seu nome para apoiar pretensões que elle repelle, e paga legitimar combinações politicas que elle desconhece ou condemna.

E' um escravo que trabalha, dorme e paga o imposto. Acabemos com este aviltamento!

Nós desejamos que o paiz nos abraçe; mas queremos primeiro que elle nos conheça, nos aprecie e nos julgue.

Temos um symbolo que aspiramos a ver executado; mas queremos que a nação examine, reflecta e delibere antes de acceptá-lo.

Eis a explicação das conferencias radicaes...

Ensinar o povo, distribuir o alimento do espirito, derramar a luz por todas as camadas do Brazil.

Alargua a publicidade, enraiza-la, diffundi-la, multiplica-la pelo paiz.

Nos governos livres, na Inglaterra, na Belgica, na Hollanda, na Suissa, nos Estados-Unidos, não he uma reforma que não emane do povo.

Entre nós todas se deturpam, porque todas vem do poder.

Qual a razão deste infortunio?

E' que o povo não tem meios de conhecer a politica do Estado.

O povo não sabe ler, porque não tem escolas.

Não ouve, porque ninguém falla para elle.

Não obra, porque ignora o soffrimento de seus irmãos.

Illustramo-lo, pois.

Desde que as camaras deixam cercar todos os dias a sua prerogativa, desde que a tribuna parlamentar deixa de ser o echo das aspirações nacionaes, desde que a eleição tem perdido a sua pureza, trabalhemos para levantar no meio do povo uma instituição que o civilise, que o dirija, que o nobilite.

Fundemos as conferencias publicas!

Elas são a primeira aquisição da iniciativa individual, n'um paiz onde o governo é o supremo iniciador de tudo! e a iniciativa individual é a associação emancipando o homem com os prodigios do commercio e da industria, é o povo esclarecendo e vivificando os parlamentos por meio das petições e da imprensa, é a moralidade a propagar-se, as escolas a reproduzirem-se, o sentimento religioso a crescer, e a liberdade a consolidar-se no estado.

Ainda há pouco esta ideia começou a realisar-se na Córte do imperio; ainda há pouco principiaram alli as conferencias n'uma esphera tão restricta, perante um auditorio tão limitado que ftinguem preocupava-se com aquelle acontecimento. Hoje o circulo amplia-se, o concurso augmenta a olhos vistos, e os oradores radicacões são escutados por uma galeria de tres mil pessoas.

Tudo isto sem abalo, sem ameaças, sem apprehensões! Tudo em menos de dous mezes!

Vós, que já tendes o coração endurecido pelo pessimismo, dizei: não sentis porventura um estremecimento intimo deante desse espectáculo? não ouvis alguma cousa que vos exproba a impiedade da vossa descrença? não vos parece, na anciedade de um presentimento vago, ver a patria erguendo-se, entre os despotas fulminados, com nma energia extraordinaria?

Meditae, e haveis de convencer-vos da infallibilidade das leis eternas.

Os partidos equívocos hão de sepultar-se na desconflança que os rodeia.

Os homens de bem hão de ter a sua vez.

Ai dos que tergiversarem!

Concidadãos, accudi ás conferencias publicas, que vão começar dentro em pouco.

Alli não encontrareis nem as contemplanções que dissimulam o erro, nem o preconceito que se apegua aos abusos, nem as meias palavras que geram a duvida, nem os panegiricos que provocam o riso, nem as declamações que gastam a paciencia.

Nós não queremos o poder, mas a reforma.

Eis a senha dos radicaes.

Eis o espirito das conferencias a que ides assistir.

trabalhar para a corte, tudo sacrificando em seu beneficio.

Dominado por estas vistas mortíferas, o sr. d. Pedro II tem sempre o olhar attento para esta nobre provincia e para a sua Faculdade de Direito.

O imperador e os seus archeiros tem medo do liberalismo d'esta terra, berço querido de nossa independencia, e patria de nobres soldados da causa da liberdade.

O espirito independente deste povo, o seu amor pela democracia, e os elevados e puros sentimentos de liberdade, que alimentam os nobres e generosos corações da mocidade academica, que vem aqui receber o alimento do espirito, fazem tremer de horror a turba dos aulicos, e vacillar em seu throno o absolutismo da corte.

Nestas condições, os governos bastardos deste imperio tem, por mais de uma vez, tentado arrancar desta provincia a Faculdade de Direito, para estabelecê-la na corte, collocando-a assim sob as vistas paternaes do senhor d. Pedro II.

Este projecto infernal occulta em si duas vistas funestas: matar o espirito de independencia e de liberdade, que characterisa a brilhante mocidade desta academia, e roubar á provincia de S. Paulo o seu principal estabelecimento de instrução, castigando-a deste modo por ella ter a ousadia de amar a causa do povo, em prejuizo dos interesses do imperialismo.

Esta é a verdade por mais de uma vez manifestada em publico, pela tribuna e pela imprensa, bem como no seio do nosso proprio parlamento; e ainda hontem ella se fez ouvir n'esta cidade, como um echo funebre, partido da corte, e repercutido por algumas vozes agouzeiras que, por aqui passaram, como funestos presagios de tristes acontecimentos.

O povo paulista não pôde soffrer uma affronta de semelhante quitate; elle não deve consentir que a causa da democracia e os interesses desta nobre provincia supportem um acto de tanto despotismo.

Não ha nenhum interesse superior que exija a mudança desta Faculdade, só um sentimento mesquinho de vingança, só as vistas taçanhas e luctuosas da centralisação podem levar os homens do poder a pratica de semelhante iniquidade.

Os paulistas, pois, por um duplo dever, precisão oppor-se a este acto absurdo, e fazê-lo com toda a energia e dignidade de que são capazes.

E' preciso que o governo de s. m. não practique uma tão requintada maldade, não offenda tão directamente os supremos interesses de uma provincia, sem obter o justo castigo, que merecem aquelles que desrespeitam, sem acatamento e reserva, os mais melindrosos direitos de um povo.

Porque rasão o imperador e o seu partido tentão constantemente arrancar desta cidade a Academia de Direito, e não tem feito o mesmo em relação á de Pernambuco?

Por ventura a provincia de S. Paulo será alguma engeitada? Por ventura ella merecerá menos consideração do que essa provincia do Norte? Necessita ella de menos instrução?

Não, é porque os estudantes desta Faculdade tem a desgraça de possuir um espirito mais livre que os de Pernambuco, é porque aqui o elemento democratico tem mais expansão do que lá; o que assusta em excesso o imperador e a sua muito fiel e obediente turba de cortesãos.

No nosso paiz o ser liberal é um crime, e o mais su-premo, um crime de lesa-majestade, um crime que pede

dos a corda e os feitiços da *Baronessa de Cayapó*, outra cousa mais sinão o muito amor que nutre e sempre nutriu o sr. d. Pedro II pelos artistas de qualquer genero.

Na opinião imperial a actriz Ismenia é uma grande artista. Eis tudo.

Dahi a sua muito natural predilecção pelo Gymnazio, pelo sr. Furtado Coelho, pelas muzicas e versos do papel da *Baronessa de Cayapó*.

Dahi o desejo muito razoavel de possuir uma passagem reservada entre o camarim imperial e o camarim da *Diva*.

Dahi o resto, e sem que eu veja no menor ponto ultrajada a decencia publica.

O romance *Cayapó* lavra entretanto, como symptoma característico da decadencia da monarchia entre nós, e a proposito daquella e de outros factos pessoais da corôa deduz a opinião publica signaes da aproximação de melhores tempos. A palavra—Baixo Imperio—anda em todas as boccas, e os que pretendem-se profetas do futuro, sentem nas lavaredas da maledicencia popular os prodromos de proxima explosão da fôrnalha.

Di-lo-ha o futuro.

Creio na decadencia da monarchia, não como corollario do romance *Cayapó*, mas por um motivo mais largo e generico:

Porque a monarchia é uma enfermidade social, enfermidade terrivel, ferida caucerosa violentissima, que principalmente em terra americana, attaca em curto prazo e mortalmente a vitalidade do enfermo, pondo-o sob o inflexivel dilemma cirurgico: ou a morte, ou a amputação do membro gangrenado.

Proprio d. Pedro II presente estes symptomas.

Por isso rezolveu ha muito governar em pessoa; por esse motivo transformou os Nabucos, Saraivas, Zacharias e Laborays em ministros machinas; as camaras populares em camarilhas; e a carta constitucional em reposteiro do gabinete aonde quer ser—o rei só.

O ministerio descança á sombra dos louros da campanha eleitoral.

Na sancta harmonia e no *dolce far niente* dos deputados unanimis, encontraram os sete generaes em chefe do imperialismo as delicias de Capua.

Não é uma camara, aquillo; é uma jaula de animais domesticados, e quem quer que traga a varinha magica de ministro pode entrar alli sem receio.

Considerando os mansos deputados, quantas vezes não terá o latinissimo sr. Colegipe repetido o famoso *Deus nobis hæc olia fecit* de Virgilio?

um castigo rigoroso; é pois justo que S. Paulo soffra a pena de seu amor pela liberdade, e que esta mocidade robusta de fé, de brilhantes idéas, e de nobres aspirações se encharfude nos paus cortados da cidade imperial.

E' justo tudo isto. E' verdade que, de envolta com esta justiça, ha muita miseria, muita causa que repugna e indigna a uma consciencia escrupulosa.

Mas o que tem o poder com isto, se a consciencia do dever riscou-se do seu pensamento, se esta pobretona não pôde habitar nas regiões superiores e sumptuosas sobre as quaes elle paira?

Paulistas, si os homens d'este governo de desmandos, esquecendo-se do cumprimento de suas obrigações, que-rem a todo o custo sacrificar-vos e á sublime causa da democracia, se elles se esforçam em ferir os vossos mais sanctos interesses, si elles, depois de vos arrancarem o pão do alimento, tentão roubar-vos as luzes do espirito, é preciso que vós, no cumprimento de um dever sagrado, na defeza dos direitos da vossa provincia e do futuro de vossos filhos, vos conserveis em um posto de honra, não consentindo que se sacrifique por mais uma vez neste solo abençoado, e fertil de tradições heroicas, os direitos e os interesses de um povo.

Quando o governo abraça a causa do despotismo e da anarchia, é preciso que o povo lhe anteponha as barreiras da liberdade e da ordem.

COLLABORAÇÃO

A democracia e a instrução do povo

(Continuação)

Uma vez que o povo, esse verdadeiro soberano nas sociedades modernas não tem luzes sufficientes para esclarecê-lo na inquirição da verdade, no estudo e exame dos negocios publicos, fraco, não tendo confiança em si, abdica todos os seus direitos, até o seu pensamento, em favor de alguns individuos, que prevalecendo-se da influencia e da supremacia que o seu ouro ou a sua intelligencia exerce, caviliosamente fazem desse infeliz o degrau que tem de galgar afim de chegarem ás eminencias do poder. Não é o ardor e a vontade de pugnar pelo interesse social, que lhes inspiram essa ambição. E' a scintella do egoismo que anima-lhes a alma e cega-lhes os olhos para não verem os meios de que lançam mão para conseguirem seus miseraveis intentos.

Que importa que o povo soffra, quando seus delegados destructam as delicias de uma immensidade de sinecuras officiaes?

A todo o momento ludibriando, suas queixas não encontrando echo em a consciencia daquelles a quem incumbio da defenza de seus interesses, da reivindicacão de seus direitos, victima ora dos que se dizem asseclas da liberdade e da egualdade, ora dos que se propalam mantenedores da lei, sustentáculos da justiça, apolo-gistas da ordem; sem comprehender siquer o valor dessas simples palavras para elle ermas de sentido pratico, por isso que sempre as mesmas racões, sempre a mesma postergação de sua liberdade se realisam em seu seio, a que conclusões chegará o desditoso povo, immolado á infrenne ambição de alcançar o poder pelo poder? Apreciando incessantemente o mesmo espectáculo de despotismo representar-se na sociedade, em quem poderá elle confiar? Presentindo a aproximação das gran-

São felizes até alli! Até o proprio sr. Sayão, rhyocoronte indomesticavel que os podia encommodar um pouco, foi transferido da jaula temporaria para o gremio dos vitalicios!

Mas aquella beatitude celestial, que respira-se ao sopé do throno, envenena como a sombra da mancanilha.

Por isso assemelha-se muito ao torpor de moribundos o sono que dormem os sete filhos do 16 de Julho. Não descansam; agonizam. Não é o dormir que os encadeia; é o desdem imperial que os enregela.

— O sr. Laboray cheira a defunto.

Esta fraze, que ouve-se no Rio de Janeiro em todas as bocas, é a melhor prova de que para sobre elles a penumbra da morte, pois a voz do povo é sempre voz prophetica.

O *Jornal do Commercio*, verdadeiro corvo da situação, já presentia ha muito o aroma cadaverico.

Pudera não! O velho lidador não vive de guardar defuntos. Prefere sempre as festas dos baptisados ás tristezas e luctos dos enterrados.

Si querem a prova de como o *Jornal* já virou as costas ao ministerio moribundo, leiam com a devida attenção as seguintes considerações, que vem na parte editorial da folha de 3 do corrente á proposito de importantes melhoramentos economicos encetados pelo governo inglez:

« O *Times* tece grandes encomios a este plano financeiro. Com effeito, redozir as despesas da administração para melhorar o systema de arrecadação para alliviar os contribuintes de parte dos impostos não é espectáculo que se veja em todos os paizes, sendo muito mais vulgar o empenho de engrossar a receita dos estados para maior fausto administrativo ou execução de caprichos planos já no interior, já no exterior, sustentando guerras com que os povos nada ganham e se afflige a humanidade. »

Si isto não é um bilhetinho de despedida ao ministerio agonisante, é papalva ingenuidade do *Jornal*.

Ora, o *Jornal* é antes florido que papalvo, logo aquillo é um adeuzinho em regra ao papae Laboray.

Mais nada por hoje.

Por faltar-me o tempo guardo para ao depois as observações que devia fazer sobre as duas magnas peças politicas do dia—a falla do throno e o programma do Centro Liberal.

Argos.

FOLHETIM DO RADICAL

PALESTRA

O sr. d. PEDRO II—Os feitiços da baronessa de Cayapó—Decadencia da monarchia—O sr. Laboray cheira a defunto—O *Jornal do Commercio*, Corvo da situação.

O sr. d. Pedro II é o ponto culminante da situação, em linguagem menos reverente bem se podia dizer—o para-raio.

E' elle, pois, a nota obrigada de qualquer *rabequação* sobre materia politica.

Ora, esta *palestra* é politica...

Tratemos portanto do sr. d. Pedro II.

O Rio de Janeiro não se preoccupa-se de outra cousa, o proprio rei Bobeche do *Barbe Bleue* anda esquecido, com o rei Bobeche, o famoso typo do que valem e do que são na actualidade as regias caricaturas dos *homens-deuses* do absolutismo.

O sr. d. Pedro II caminha desassombrado no velho programma de manter, a todo transe, o resplendor da dynastia bragantina.

Um só de seus actos não desmente a imperial resolução de firmar o throno na harmonia dos brasileiros.

O meio de conseguir esta harmonia é sempre o mesmo: evitar as notas desafinadas da grande orchestra parlamentar e politica, expellindo do gremio os instrumentistas que desafinam e que não patenteiam desde logo docilidade de ouvido e atilada attenção á *batuta* imperial.

O nosso rei (Pedro II e não o rei Bobeche) não está entretanto muito satisfeito com um certo espirito de maledicencia que borbulha agora no seio da população fluminense.

De feio, aquelle povo, essencialmente amigo da monarchia e das lentejoulas de que arream-se a corte e os cortesãos, mostra-se de presente algum tanto insubordinado, chegando a trazer para o meio da rua do Ouvidor muita chronica viva das alcovas de S. Christovam.

Que é isto máo, não ha duvida.

O rei é constitucionalmente inviolavel e sagrado, isto

é, impecavel, e ha effectivo crime de leza-constituição na irreverencia com que a rua do Ouvidor e o *Carceller* palestram da pessoa imperial.

Não pôde o rei ser trazido em pessoa á discussão.

Os fardões de seus ministros somente é que estão sujeitos ao linguio da critica.

O manto imperial, não; é por isso, um manto de arminho; a alvura purissima é seu constante apanagio legal.

Tambem não, a vida imperial de *intra muros*.

O facto contrario, sobre ser crime muito serio, é inqualificavel desaloro.

Mas o publico fluminense é cabeçudo quando envereda, e por isso teima em descobrir a corda, deixando de parte ministros, constituição e os bons habitos antigos para atirar-se em direitura ao supremo architecto do imperio bragantino.

Estão agora em ordem do dia no linguio fluminense as proprias predilecções artisticas do imperador.

Rei-me aos feitiços da *Baronessa de Cayapó* de que os meus leitores devem de ter noticia pela discussão travada recentemente na imprensa entre o actor Furtado Coelho, empresário da *Baronessa de Cayapó*, e a redacção do *Opiniao Liberal*.

O Rio de Janeiro teima em olhar maliciosamente para o facto de frequentar o sr. d. Pedro II por modo extremamente assiduoso as representações da *Cayapó* no Gymnazio, e de ter contractado por meia duzia de contos de réis (outras versões dizem doze contos) com o empresario Furtado Coelho a construcção de um camarim imperial como si fua no novo theatro que está preparando aquelle emprezario.

A circumstancia ajustada entre as partes contractantes, de ter o imperial camarim communicação secreta para a caixa do theatro (façam idéa!) ha sido para a malicia fluminense um thema inextotavel.

Chegam a dizer couzas de arripiar os cabelos, e já construíram um romance a Luiz XV, aonde a actriz Ismenia (a *Cayapó*) figura por igual ás famosas Pompadour e Dubarry!

Que mina em tudo isto para o romancista brasileiro, sr. Alencar!

Que risco imminente para o decoro monarchico, si aquelle homem de letras mais uma vez muda de politica e declara-se inimigo do throno!

Registro factos: minha opinião particular, porém, não vê nas mexericos de bastidores em que andam envolvi-

humanidade, vê-se quão importante é a publicidade completa e absoluta de todos os actos dos que dirigem a sociedade á consecução de seu destino.

Não é sómente o homem, que deve cumprir o sabio preceito, inscripto na fachada desse templo de Delphos, preceito tantas vezes invocado por Socrates e aconselhado como norma de conducta—conhece-te a ti mesmo.—O povo também precisa conhecer-se, sentir o que é, medir as suas forças, com firmeza fixar o futuro, assegurar-se dos perigos que o rodeiam, das esperanças que pôde embalar.—Conhecer-se a si mesmo é a primeira necessidade de uma nação, que tem de governar-se, é o mais sagrado dever do povo que sacudido dos hombros a paternal tutela de alguns privilegiados, por isso que a opinião publica é a fonte da vida da democracia.

A publicidade se nos affigura como o espelho em que todos os factos que se realisam em um paiz vão se reflectir; é a franca revelação do pensamento que o domina. «Outrora, disse Lamartine, obedecer e pagar era o que constituia o membro de um Estado; conhecer, julgar, apreciar, deliberar, querer, escolher, eleger, depois obedecer voluntaria e religiosamente a lei, tornada vontade geral, eis o que é hoje o cidadão.»

Mas o que tem tão radicalmente transmutado a face das associações politicas? Qual a causa motora de tão benéficos resultados? O que distingue pela base a escravidão dos outros tempos da liberdade moderna? Não terá sido por ventura a publicidade?

Volvamos, porém, os olhos para o mundo das realidades, vejamos as profundas modificações que experimenta este principio tão preconizado pela theoria, quando abandonando a sua posição meramente scientifica, procura transformar-se em uma verdade practica. Com pesar somos forçados a reconhecer que semelhante condição do systema representativo em vez de ser uma pura realidade, não passa de uma enganosa illusão. Não podemos deixar de acompanhar um dos maiores publicistas contemporaneos, quando diz que dos elementos essenciaes a este regimen o ultimo a estabelecer-se é esse.

O que obsta, portanto, ao apparecimento dessas vantagens que a sciencia nos indica como consequencias inevitaveis de tão importante requisito? A experiencia vem em nosso soccorro, e nos faz dividir por entre as camadas sociaes a maior das barreiras que se oppõem ao desenvolvimento de um povo. Ella com toda a evidencia nos demonstra que não se pôde prescindir de um elemento que lhe dá vida, que seja a causa occasional da colheita desses beneficios. Esse principio fecundante, essa força animadora não pôde deixar de ser a instrução da sociedade.

A imprensa é que tem de levar aos ultimos vasos capillares do corpo social o sangue necessario á perduração de sua existencia. Semelhante ao barometro ella tem por destino apreciar o peso da atmosphera politica e marcar as diversas variações que experimenta.

«Implacavel inimiga do despotismo, que entregava ao silencio o commentario de seus actos, e cifrava nas trevas do segredo e na ausencia da publicidade a força exclusiva de sua politica oppressora, a imprensa surgiu ao lado da liberdade no dia em que alluido pelos fundamentos o edificio do passado e despedaçadas as ultimas cadeias da tyrannia a consciencia desoppressa reivindicou o direito de pensar.» Meio mais certo de se apostolar em nome da razão e da justiça «esse poder, a quem a civilização elegeu por seu primeiro e mais disvellado collaborador», de sorte alguma não pôde cumprir o seu mandato, si não for secundado pela intelligencia esclarecida e livre de preconceitos daquelles a quem se falla pela patria, pela liberdade.

Desde o momento em que o povo, tacteando nas trevas da ignorancia, não tiver a facilidade de comprehender o alcance da sublime missão da imprensa, a publicidade não mais será o manancial em que se vae beber os conhecimentos mais proveitosos á vida social, tornar-se-ha apenas nma instituição fragil e de effeitos ephemeros, do que se poderá facilmente abusar. A imprensa se metamorphoseará nessas diarias bacchanas torpes em que a honra de qualquer é atassalhada!

(Continúa.)

TRANSCRIPÇÃO

Está definitivamente o sr. conde d'Eu á frente do exercito e armada no Paraguay.

Depois de passar pelas guarnições das margens do rio, dando provas de um zelo e perspicacia ainda não conhecidos por aquellas paragens; depois de nomear syndica para os miseros presos dos pontões, que hão de continuar na mesma situação, S. A. chegou a Assumpção e d'alli partirá para Luque, onde deverá encontrar o exercito.

«Fallando-lhe cavalhada, forragem, meios de transporte e locomoção, descalço e sem roupa de panno, nem capotes.»

Pelo que terá de demorar-se por mais algumas semanas longe dos perigos da guerra.

Mas enquanto o principe descança no papel de guerreiro, não esquece um só momento o impaciente character de pretendente.

Assim é que o digno Orleans, o aproveitado educando da corte de Izabel II, ainda ausente do exercito, mas cercado de officios, apressara-se em proclamar nestes termos:

«Camaradas, prompto me achareis sempre a advogar perante os poderes do estado os vossos legitimis direitos!»

Não é um general que se associa á causa commum: não é um companheiro d'armas, que falla em nome do dever e da disciplina; mas é o genro do imperador, alardeando em face do exercito sua protecção, é o imperador d'amanhã fazendo valer o seu patrocínio.

Montpensier, digno primo do sr. conde, cabala no exercito hespanhol corrompendo com eguaes promessas, mas longe da Hespanha: o sr. conde d'Eu cabala por ordem do imperador, e na frente do proprio exercito! Qual dos dous será mais feliz?

A julgar pela torpe bajulação de mercenariós chronistas, o sr. conde d'Eu «já é—por instinto—o idolo do exercito!»

Mas... E' preciso não descrever do futuro americano. (Opinião Liberal.)

CHRONICA

A «Vanguarda».—Sob este titulo, appareceu no dia 6 do corrente um jornal politico, redigido pelo talentoso academico o sr. Soares de Meirelles.

O sr. Soares de Meirelles é um moço de merito, e acreditamos que se tornará um jornalista notavel, se continuar a trabalhar como até aqui. O seu jornal por tanto, além do seu merito litterario, e da belleza de seus artigos, tem o de ser dirigido por tão habil timoneiro.

A Vanguarda propõe-se a sustentar as idéas liberaes, pelo que applaudimos a sua appareição. Entretanto cabe-nos dizer que nos causou na realidade magna e surpresa quando lemos no seu artigo de fundo: «Cahindo o partido liberal...» referindo-se estas expressões ao gabinete passado, o qual nunca foi considerado pelos liberaes como pertencente á sua bandeira, nem mesmo em tal conta elle se teve até pouco tempo antes da sua queda.

Chrysalida.—Recebemos os cinco primeiros numeros deste interessante jornal, cujo redactor principal é o distincto academico, o sr. Silva Guimarães.

Agradecendo a offerta que nos fez a redacção desta folha, não podemos deixar de louvar as nobres aspirações dos talentosos estudantes que se acham á sua frente, e que começando a dar os primeiros passos na difficulosa arena do jornalismo, promettem em breve, pelo estudo e applicação, tomar o lugar de honra que lhes compete entre os seta collegas da imprensa.

Club Radical Paulistano.—Aberta a conferencia do dia 5, ás 5 1/2 horas da tarde, e lida a acta da anterior, foi approvada.

Tomando depois a palavra o sr. Freitas Coutinho, convidou o sr. dr. Rangel Pestana para que, como um dos mais distinctos membros do Club Radical da Côte, apresentasse alguns esclarecimentos a respeito do melhor andamento dos nossos trabalhos, e ao mesmo tempo que nos indicasse o modo mais facil de estabelecer as nossas relações com os nossos amigos da Côte.

Antes de dar a palavra ao sr. dr. Rangel Pestana, o sr. Bernardino Pamplona, na qualidade de presidente, dirigiu ao Club uma felicitação por se achar em seu seio um dos mais distinctos sustentadores da democracia, o eloquente orador da conferencia publica da Côte sobre a eleição directa, o sr. dr. Rangel Pestana.

Fallando em seguida o sr. dr. Rangel Pestana, começou agradecendo ao sr. presidente as expressões que lhe havia dirigido, dizendo que, se elle merecia as considerações de que se via rodeado, não eram menos dignas dellas os seus amigos da Côte, que com elle, ha quatro annos, trabalham para a realisação das verdadeiras idéas liberaes, citando entre outros nomes, os dos srs. conselheiro Liberato Barroso, e drs. Limpo de Abreu, Godoy e Pedro Ferreira Vianna.

Continuou depois o orador a fazer o historico da idéa radical, que começando a ser propagada por tres moços, os srs. drs. Limpo de Abreu, Rangel Pestana e Monteiro de Souza, cuja morte hoje choramos, tinha tomado actualmente no Rio de Janeiro uma importancia extraordinaria, conhecida por todo o paiz.

Em seguida s. s. passou a declarar a organização do Club da Côte, os meios, que elle acreditava, nós deviamos lançar mão, para mais depressa progredirmos, e melhor nos entendermos com o Club da Côte; dizendo que era preciso que as provincias se emancipassem, que ellas dirigissem seus negocios como melhor entendessem, pois que o unico ponto de centralisação existia entre nós, era a identidade das idéas; officializou o seu bello e instructivo discurso, convidando o Club de S. Paulo a celebrar conferencias publicas, á feição das que se estão dando actualmente no Rio.

E' escusado dizer-se que o sympathico ora-

dor foi sempre applaudido por todo o correr do seu discurso.

Foram depois apresentadas varias propostas, para a realisação das conferencias publicas, sendo acceita a do sr. dr. Americo de Campos, passando depois o sr. presidente a nomear uma commissão, para estudar os meios practicos de levar a effeito esta idéa, sendo seu relator o sr. dr. Americo de Campos.

Encerrou-se a conferencia ás 7 1/2 horas da noite.

Conferencia Radical.—Lê-se na Opinião Liberal:

«No domingo 25 do corrente, o sr. senador Silveira da Motta discorreu sobre a these—degeneração do systema representativo no Brazil. A reunião esteve imponente.

«Seguramente duas mil pessoas ouviram com attenção e prazer a palavra do illustre parlamentar e manifestaram o seu contentamento applaudindo-o calorosamente.

«A proporção que as conferencias vão sendo frequentadas é de sentir que todas as classes do paiz não se façam representar ahi com maior numero de pessoas.

«Quizeramos ver nesse recinto, onde a verdade politica é pregada com franqueza, aquelles que mais soffrem e que, entregues aos seus trabalhos diarios, não tem tempo para estudar e pensar detidamente sobre os negocios politicos.

«Infelizmente as conferencias radicaes até hoje se tem passado, em geral, no meio de homens illustrados.»

A memoria de um bravo.—Lê-se na mesma folha:

«Sobre esta epigraphe lê-se no Jornal do Commercio, de Porto Alegre, a seguinte noticia:

«Sepultou-se antehontem, d expensas da sociedade portugueza de beneficencia, o voluntario da patria Luiz de Vargas, que no memoravel ataque de S. Borja salvou a bandeira do 1.º batalhão, pelo que foi condecorado com o habito do Cruzeiro.

«O governo pesou-lhe aquelle importante serviço, deu-lhe uma condecoração, mas deixou-o morrer na indigencia, victima dos padecimentos, que adquiriu em campanha!

«Deixemos ao menos nós seus patricios, estas poucas palavras como tributo á sua memoria.

«Não nos é dado fazer mais.» «Fazer commentarios a este tão quanta noticia seria diminuir-lhe o merecimento. Basta que, á beira do tumulto do heróe mendigo, levantemos um—viva ao sr. d. Pedro II!

Falla do throno.—Lê-se ainda na referida folha:

«Os intimos do ministerio propalam que na falla do throno, o topico sobre a emancipação será redigido de modo a tranquilisar os possuidores de escravos—e que nada se fará. O que dirá agora o intimo do imperador, o sr. Webb? Que informações dará ao general Grant?

«Se quizesse dizer a verdade, poderia affirmar que o sr. d. Pedro II obrigando o ministerio Zacarias a adoptar a bandeira emancipadora, não teve em mente senão attrahir sobre o partido liberal a animadversão de uma classe rica e poderosa do paiz, suppondo assim torna-lo impossivel, e pouco se importando com a solução da questão.

Transcripção.—Chamamos a attenção dos nossos leitores para o artigo que sob essa secção publicamos no logar competente; elle deixa ver claramente as intenções com que o sr. conde d'Eu seguiu para o Paraguay.

Violações do habeas-corpus.—Lêmos no Diario da Bahia de 8 do corrente:

«João José de Souas Manaiba em dias do mez de Setembro do anno passado foi preso no Andarahy, em virtude de ordem verbal do respectivo subdelegado e remetido para as cadeias da cidade dos Lençoes, sob pretexto de ter sido implicado nos confictos da noite de 31 de Agosto; mero pretexto para perseguição, sendo certo que o infeliz naquella noite se achava no termo do Caetité.

Preso Manaiba, teve de soffrer todas as torturas com que os aguias da dictadura sabem requintar a sua ferocidade.

A victima requereu ordem de habeas-corpus, que lhe foi negado em face da informação da policia.

O infeliz teve de jazer na prisão por mezes sem culpa formada, até que requereu novamente habeas-corpus; alcançando, porém, ordem de soltura, quando foi apresentada ao carcereiro, este recusou cumpri-la por estar Manaiba recrutado!

Será paiz livre aquelle onde isto se pratica?

Manaiba, que é maior de 40 annos, e tem um dos olhos perdido, mostrou que não podia ser recrutado, e teve por despacho do delegado

de policia—que depois da inspecção decidiria, mas tal inspecção não tem havido, nem haverá!...

Os documentos estão em poder da primeira auctoridade da provincia, a quem a victima recorreu.»

Segundo: Diario da Bahia de 14 do corrente:

«José Joaquim Procopio, casado, com filhos, proprietario, negociante, morador na cidade dos Lençoes, é cidadão moralisado, mas tem o grande crime de não alistar-se entre os asseclas do donatario daquelle localidade.

Estava elle cerca de 9 horas da noite, de 4 do mez passado, á porta de seu estabelecimento commercial, quando foi intimado de ordem de prisão em nome do subdelegado por dois paisanos, e, conduzido immediatamente á cadeia, só no dia seguinte soube do seu crime: recebeu nota de culpa, da qual constou-lhe achar-se preso á ordem do subdelegado por uso de armas prohibidas.

Era pretexto, pois que não fôra encontrado armado, mas que não poderia prevalecer perante a lei, sendo o crime imputado dos que livra-se solto.

Todavia foi Procopio citado para ver jurar testemunhas no dia 9 do referido mez.

Requeru ao subdelegado, protestando contra a illegalidade de sua prisão, e pedindo que a fizesse cessar, tudo, porém foi baldado...

Era o caso de solicitar ordem de habeas corpus; a victima usou de seu direito e a requereu.

Tractava-se da ordem, quando no dia 8 foi Procopio intimado de nova nota de culpa por crime de defloração.

Não era motivo para embargar a expedição da ordem, uma vez que, sendo crime affiançavel, não tendo sido preso em flagrante, não podia sê-lo antes da culpa formada.

O honrado juiz de direito, concedendo a ordem, mandou passar alvará de soltura ao paciente, mas de que valeu-lhe?

Surge o delegado de policia.....

O alvará da soltura não podia ser cumprido, disse o carcereiro, por estar o paciente preso para recrutar a ordem do subdelegado de policia, não obstante ter sido preso como criminoso, e como tal haver sido intimado de nota constitucional!

O recrutado requereu ao delegado, visto que, sendo casado, com filhos e negociante, estava isento do serviço do exercito, reteve porém o potente delegado o requerimento em si quatro dias, e por fim entregou com um—requeira em termos—por despacho, quando nada havia no requerimento que não estivesse em termos!

Está, pois, absolutamente acabada a garantia do habeas-corpus. Está, pois, aniquilada toda a auctoridade do poder judiciario! Já não ha pois, nenhum cidadão que não esteja ás portas da cadeia ou do quartel!

Vê-de bem sr. d. Pedro II: vosso parente d. Miguel I não enchia melhor os calabouços do que o vosso governo!

Processo de Pedro Muniz.—Este clamoroso processo que pesou durante cinco mezes sobre quatro cidadãos innocentes, no meio de violencias inqualificaveis, sem uma prova, sem um depoimento, sem um indicio que o podesse legitimar, está em fim terminado, triumphando brilhantemente a justiça vilipendiada pelo governo do ridiculo satrapa-barão de S. Lourenço.

O superior tribunal da Relação acaba de dar provimento ao recurso, reformando a pronuncia do chefe de policia.

Honremos á magistratura que assim procedeu! Estamos n'uma época em que se pôde exclamar rigorosamente com d'Aguesseau: um bom juiz é um heroe!

ANNUNCIOS

PHILOSOPHIA

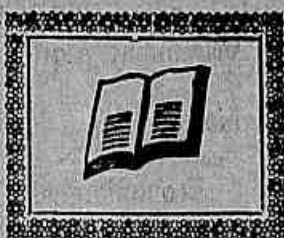
O bacharel Joaquim Xavier da Silveira abre do dia 23 de Abril em deante um curso particular de philosophia, dando preleções das 8 ás 9 horas da manhã nos dias uteis. Rua da Quitanda, n. 3.

PROFESSOR

Precisa-se de um professor de Latim para Taubaté; nesta typographia se dará mais detalhada informação.

CONSTITUIÇÃO

O dr. EULALIO DA COSTA CARVALHO, de volta a esta cidade, continúa no exercicio de sua profissão medico-cirurgica, para o qual poderá ser procurado a qualquer hora, não só para dentro da cidade como para fóra.



A. L. GARRAUX

LIVREIRO DA ACADEMIA



SORTIMENTO ESPECIAL D'ARTIGOS D'ESCRITORIO, D'OBJECTOS DE FANTASIA, DE PAPEIS PINTADOS, DE LIVROS, ETC., ETC.

PAPEIS		Nº 9, Largo da Sé, Nº 9		LIVRARIA	
ARTIGOS DE ESCRITORIO		SAO PAULO		ARTIGOS DE ESCRITORIO	
Papel de peso. — para cartas. — para luto. — de fantasia. — para desenho. — almaso. — florista. — Hollanda. — mata borão. — para matar moscas. — para musica. OBSERVAÇÃO: Marca-se gratuitamente com as iniciais do comprador, todo o papel comprado em nossa casa. ENVELOPPES Enveloppes commerciaes. — brancos. — de cores. — de fantasia. — forrados de panno. — rendados. — para cartões de visita.		ARTIGOS DE FANTASIA Caixas de costura. — de perfumaria. Papeleiras de luxo. Caixas de guardar joias. Belças para senhores. GRANDE SORTIMENTO De benitos artigos do metal, de velludo, de marfim, etc., proprios para presentes, para festas, etc., etc. CHARUTEIRAS DE GOSTO ETC., ETC.		Livros de direito. — de litteratura. — de devoção. — de educação. — de homoeopatia. — de missa, com capa de velludo, de marfim, do madroperola, de tartaruga e de marroquim. LIVROS COMMERCIAES DIARIO, RAZÃO, CAIXA Livros para assentos. — de copiar cartas. — para apontamentos. — do luxo para presentes. — latines, francezes, portuguezes, inglezes, etc., etc. Tinta de copiar cartas. — de marcar roupa. Manda-se gratuitamente o catalogo da casa, em qualquer ponto do Imperio, sobre pedido.	

PAPEIS PINTADOS PARA FORRAR CASAS.

Sempre existe o mais variado, o mais completo sortimento de papeis pintados de fabricação franceza, desde o preço de 500 reis a peça para cima. Guarnições, Rodapés, etc., etc.

Encarrega-se de qualquer encomenda para a Europa. — Assignaturas para os jornaes estrangeiros. — Preços modicos.

6344. — Paris, imprimerie Poitevin, rue Damiotte, 2 et 4.

PENTEADOS

SALÃO ACADEMICO COMMERCIAL

PARA CORTAR, LAVAR, FRISAR OS CABELLOS E FAZER A BARBA

N. 8 LARGO DE PALACIO N. 8

O abaixo assignado, querendo em tudo satisfazer os justos pedidos de seus numerosos amigos e freguezes, resolveu mandar contractar um habil artista de cabelleiroiro, especialissimo em penteados de senhoras, em fazer qualquer enfeite de cabelo para os mesmos penteados, assim como encarrega-se de fazer chinós, cabelleiras, coques, laços, etc. Tudo por preços muito modicos e a contento de seus amigos e freguezes. Na mesma casa continúa a haver grande sortimento de charutos de Havana, hamburguezes e nacionaes, os mais finos e modernos extractos, oleos, sabonetes, tinturas para tingir os cabellos, etc., etc.

S. Paulo, 29 de Abril de 1869.

AVELINO DE SOUZA FIGUEIREDO.

O CONSELHEIRO JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA,

O DR. ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA MACHADO E SILVA

JOSÉ MARIA DE ANDRADE

abriram o seu escriptorio de advocacia á rua do Ouvidor n. 39, onde podem ser procurados das 9 horas da manhã ás 3 da tarde.

SÃO PAULO

CAMPINAS

46 -- RUA DO COMMERCIO -- 46

GRANDE PECHINÇA

Machinas de 18 serras para descaroçar algodão a 120U000

CADA UMA

TERRAS A VENDER

Vende-se por preço commodo sessenta alqueires de terras de superior qualidade multiplas de geadas, e proprias para o café 3 leguas distante da cidade de Mogy-mirim. Quem pretendê-las dirija-se á rua Direita, n. 5, loja, S. Paulo ou em aquella cidade ao dr. José Joaquim de Moraes.

O CONSELHEIRO

JOAQUIM SALDANHA MARINHO

E O

DR. A. MOREIRA DE BARROS

ADVOGADOS

Encarregam-se de recursos ao conselho d'Estado, appellações, revistas crimes e civis, de causas commerciaes, civis, ecclesiasticas, e de negocios contenciosos administrativos.

Podem ser procurados todos os dias uteis das 10 horas da manhã ás 3 da tarde em o seu escriptorio.

41 RUA DO ROZARIO 41.

Côrte.

FILTROS

FILTROS

FILTROS

PURIFICADORES D'AGUA

De todos os tamanhos e qualidades

46 RUA DIREITA 46

ASSOCIAÇÃO BRAZILEIRA

DE SEGURO MUTUO SOBRE A VIDA

Gerida pelo Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro

A commissão fiscal desta associação compõe-se dos srs.:

Veador, deputado d'assembléa geral, e presidente da Associação Commercial da Côrte, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho — presidente.

Commandador Jeronymo José de Mesquita.

Boaventura Gonçalves Roque.

José Pereira Soares.

Guilherme Pinto de Magalhães.

O objecto da associação é a criação de capitais e a de rendas, por meio de contribuições feitas de uma vez, ou em prestações annuaes. (Art. 2. do regulamento.)

Esta duas operações podem fazer-se simultanea ou separadamente.

O minimo da contribuição UNICA é de 50\$000, o da ANNUAL 10\$000. (Art. 5.)

As contribuições são convertidas unicamente em apolices da divida publica nacional de 6 por cento no que tambem se convertam os seus juros. (Art. 6.)

Os contractos de seguro das especies indicadas convém especialmente:

A quem quer dotar uma filha, ou fundar um patrimonio, ou um principio de estabelecimento a um filho, afilhado ou outro individuo qualquer a quem se queira beneficiar.

A quem quer formar um peculio para livrar do recrutamento alguém que a essa lei venha a estar sujeito.

A quem quer crear para o futuro um capital ou uma renda, temendo que a de que goza quando vigoroso não chegue quando a velhice ou a enfermidade não lhe permittir adquiri-las.

Qualquer dos fins apontados pôde ser conseguido, ainda pelas pessoas menos protegidas da fortuna, porque basta para isso consignar annualmente uma quantia em relação aos meios pecuniarios de que dispõe.

O anno social da liquidación de 1874 começou em 31 de Dezembro de 1868.

No decurso do anno podem fazer-se contractos a contar do seu principio, pagando os contribuintes sobre a sua entrada um por cento por mez decorrido. (Art. 13.)

O estado da Associação em 31 de Dezembro de 1868 era:

Capital subscripto 8,042:104\$000

Dito convertido em apolices da divida publica, de 6 por cento 2,354:700\$000

Numero de seguros 5,342

As pessoas que queiram subscrever na *Proctetora das familias*, devem dirigir-se em S. Paulo o Illm. sr. Sebastião José Rodrigues de Azevedo.

Campinas—alferes Joaquim Correia Dias.

Itú—tenente-coronel Luiz Antonio de Anhaia.

Limeira—dr. Joaquim Carlos Bernardino Silva.

S. João do Rio Claro—dr. Alfredo Silveira da Motta.

Brotas—Ernesto Manoel do Amarante.

Constituição—dr. Eulalio de Correia Carvalho.

Capivary e Porto Feliz—dr. Raymundo da Motta de Azevedo Correia.

Iietê—dr. Antonio de Campos Toledo.

Sorocaba—capitão Manoel Lopes de Oliveira.

dr. Ubaldino do Amaral Fontoura.

TYPOGRAPHIA DO YPIRANGA

71 RUA DO CARMO 71

SÃO PAULO

Este estabelecimento, perfeitamente montado, dispondo de uma variada collecção de tipos modernos, incumbe-se de quaesquer trabalhos, ou sejam obras em volume, ou folhas, preços correntes, facturas, contas, cartões, circulares, etc.

Garante-se brevidade, nitidez e modicidade de preços.

Typ. do Ypiranga, rua do Carmo n. 71.